

Demonstrações Financeiras

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Em 31 de março de 2026
com relatório do auditor independente

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações financeiras

31 de março de 2026

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, N.930 - 11º Andar, Salas 1110 a 1115
Setor Bueno - Goiânia - GO - CEP: 74215-170

Tel: +55 62 3605-1100
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.
Canápolis - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Canápolis Açúcar e Etanol S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 22 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in black ink that reads "Eric Piantino". The signature is written in a cursive style and is placed over a light grey rectangular background.

Eric Horta Piantino
Contador CRC MG-107829/O

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	59.456	94.131
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	3.693	1.493
Arrendamentos a receber	9	43.285	33.499
Estoques	10	57.158	23.581
Ativo biológico	11	66.848	75.389
Impostos e contribuições a recuperar	12	39.559	38.620
Adiantamento a fornecedores e outros ativos		966	1.072
Instrumentos financeiros derivativos	22	12.831	1.839
Total do ativo circulante		283.796	269.624
Ativo não circulante			
Arrendamentos a receber	9	88.063	143.520
Impostos e contribuições a recuperar	12	4.730	3.689
Depósitos judiciais		3	3
Adiantamento a fornecedores e outros ativos		75	102
Instrumentos financeiros derivativos	22	12.906	61
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	15.095	9.184
Investimentos	13	4.131	3.792
Imobilizado	14	511.738	459.695
Intangível		132	2.141
Direito de uso	15	274.817	283.802
Total do ativo não circulante		911.690	905.989
Total do ativo		1.195.486	1.175.613

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	108.729	122.707
Fornecedores e outras contas a pagar	17	37.654	57.318
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	18	34.748	64.631
Adiantamento de clientes	19	52.739	44.928
Instrumentos financeiros derivativos	22	1.049	1.885
Provisões e encargos trabalhistas		12.349	12.126
Obrigações fiscais		1.554	2.202
Outros passivos		23	667
Total do passivo circulante		248.845	306.464
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	469.917	312.961
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	18	392.914	417.426
Adiantamento de clientes	19	-	44.164
Provisões para demandas judiciais	20	86	39
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	241
Total do passivo não circulante		862.917	774.831
Patrimônio líquido			
Capital social	21	35.543	35.543
Reservas de lucros		53.876	58.924
Ajuste de avaliação patrimonial		16.294	(149)
Lucros (prejuízos) acumulados		(21.989)	-
Total do patrimônio líquido		83.724	94.318
Total do passivo e patrimônio líquido		1.195.486	1.175.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	2026	2025
Receita líquida	24	508.262	572.444
Custo das vendas e serviços	25	(406.820)	(447.824)
Lucro bruto		101.442	124.620
Despesas com vendas	25	(42.577)	(44.731)
Despesas administrativas	25	(20.955)	(15.156)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	7.179	17.519
Resultado de equivalência patrimonial		335	639
		(56.018)	(41.729)
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		45.424	82.891
Despesas financeiras	27	(114.584)	(86.105)
Receitas financeiras	27	27.796	29.100
Resultado financeiro		(86.788)	(57.005)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(41.364)	25.886
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(55)	(4.355)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	14.382	(10.135)
		14.327	(14.490)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(27.037)	11.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(27.037)	11.396
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:		
Ganhos (Perdas) líquidos de hedge de fluxo de caixa – Futuras	24.913	(1.310)
Efeitos fiscais sobre ganhos de hedge	(8.471)	446
Resultado abrangente total	(10.595)	10.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais			
Saldo em 1º de abril de 2024	35.543	4.478	63.478	715	-	104.214
Ganho líquidos de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(864)	-	(864)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.396	11.396
Constituição de reserva legal	-	570	-	-	(570)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	10.826	-	(10.826)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.428)	-	-	(20.428)
Saldos em 31 de março de 2025	35.543	5.048	53.876	(149)	-	94.318
Saldo em 1º de abril de 2025	35.543	5.048	53.876	(149)	-	94.318
Ganhos (Perdas) líquidas de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	16.443	-	16.443
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(27.037)	(27.037)
Absorção de reserva legal	-	(5.048)	-	-	5.048	-
Saldos em 31 de março de 2026	35.543	-	53.876	16.294	(21.989)	83.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025 (Em milhares de reais)

	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(41.364)	25.886
Ajustes para conciliar o resultado:		
Juros sobre arrendamentos, líquido	32.723	26.901
Variação do valor justo dos ativos biológicos	20.013	5.434
Depreciação e amortização	194.736	175.439
Resultado de equivalência patrimonial	(335)	(639)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	151	155
Juros sobre empréstimos e financiamentos	41.543	17.370
Apropriação de custos de transação	151	220
Juros e IOF com partes relacionadas	10.413	5.805
Ganhos e perdas não realizados com instrumentos financeiros derivativos	-	(228)
Provisão (Reversão) de obsolescência	(125)	216
Provisão de ajuste ao valor realizável líquido estoques	(4)	4
Créditos de descarbonização - CBIOS	(1.118)	16
Provisão para demandas judiciais	47	37
Atualização de outros investimentos	(4)	-
Baixa dos contratos de arrendamento e aluguéis	(6.224)	(9.106)
Crédito presumido PIS-COFINS	(1.745)	(8.042)
Provisão para obras de infraestrutura - Protocolo de Intenções	1.661	11.090
Outros	31	4
	250.550	250.562
Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outros recebíveis	(2.195)	12.259
(Redução) aumento em instrumentos financeiros derivativos	(1)	-
Redução (aumento) em estoques	(19.032)	(11.949)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(235)	(459)
Redução (aumento) em adiantamento a fornecedores e outros ativos	133	4.022
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	(21.045)	557
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	223	1.734
(Redução) aumento em obrigações fiscais	(703)	3.525
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	(36.353)	(35.398)
Outros ativos e outros passivos	(644)	(1.432)
Pagamento de demandas judiciais	(280)	(5.759)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(6.742)
Caixa proveniente das atividades operacionais	170.418	210.920
Formação do ativo biológico	(65.056)	(45.859)
Recebimento na venda de imobilizado	186	6.930
Aquisição de ativo imobilizado	(159.919)	(148.549)
Aquisição de ativo intangível	-	(1.972)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(224.789)	(189.450)
Captação de empréstimos e financiamentos	122.276	179.338
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(30.823)	(39.591)
Pagamento de variação cambial e juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.066)	(15.911)
(Pagamento) Captação de recursos com partes relacionadas	24.479	(180.729)
(Pagamento) Recebimento dos arrendamentos e parcerias líquidas de recebimento	(71.170)	(60.142)
Pagamento de dividendos	-	(20.428)
Caixa proveniente das (utilizada nas) atividades de financiamentos	19.696	(137.463)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(34.675)	(115.993)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	94.131	210.124
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	59.456	94.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Canápolis Açúcar e Etanol S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima incorporada sobre as leis do Brasil e sediada em Canápolis, Minas Gerais, Brasil. Tem como objeto a produção, comercialização e exportação de açúcar, etanol e outros produtos derivados do processamento de cana-de-açúcar; a prestação de serviços a terceiros e a industrialização por ordem destes; a cogeração e a comercialização de energia elétrica, podendo atuar com a exploração e comercialização de cultivo de cana-de-açúcar, em terras próprias ou de terceiros; a intermediação de venda de cana-de-açúcar; e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia teve suas operações de moagem iniciadas em 15 de maio de 2020, e sua planta industrial possui capacidade de moagem aproximada para 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro e hidratado, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a novembro, período em que ocorre também a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, mas somente da variação da oferta e demanda normais de mercado (preço de commodity e variação cambial).

A Canápolis, possui participação na controlada em conjunto CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A. ("CZ Energy") através da subscrição de 2.500 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas em virtude do aumento do capital social da CZ Energy, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de junho de 2019. As ações subscritas foram integralizadas em moeda corrente nacional, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, totalizando R\$2.500, e representam 26% do capital social da CZ Energy.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2026 foi autorizada pela Administração em 22 de junho de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 8 - realização do contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 10 - provisão para obsolescência dos estoques e provisão de ajuste ao valor realizável líquido;
- Nota explicativa nº 14 - vida útil dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa nº 15 - amortização do direito de uso; e
- Nota explicativa nº 18 - taxa desconto para cálculo dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar;
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 23 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: estimativa de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas:

- Nota explicativa nº 11 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo deduzidos do custo das vendas.

6. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita

i) *Venda de produtos*

A receita é reconhecida quando a Companhia cumpre suas obrigações contratuais junto ao cliente, e quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação a qual tem direito pela troca dos bens ou serviços. Para os produtos vendidos pela Companhia as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto, sendo este também o momento de reconhecimento da receita. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais.

O momento do cumprimento da obrigação de desempenho varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências da Companhia. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor uma vez que os fretes marítimos se dão na modalidade *free on board* (FOB).

ii) *Venda de CBIOS*

A receita proveniente da venda de créditos de descarbonização ("CBIOS") é registrada com base no valor negociado dos títulos junto aos compradores, principalmente distribuidoras de combustíveis, e é reconhecida no momento da transferência dos títulos para os compradores.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Despesas com juros sobre arrendamentos, empréstimos e financiamentos; e
- Outras receitas e despesas financeiras.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas e as despesas financeiras de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) *Imposto de renda e contribuição social corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

ii) *Imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Subvenções

Subvenções governamentais consistem em contribuições ou benefícios econômicos, normalmente de natureza pecuniária, diretamente concedidos pelo Governo (federal, estadual ou municipal) em favor de uma entidade, condicionados ou não ao cumprimento de certas obrigações. Apesar de as subvenções governamentais poderem ser feitas através da doação de recursos ou bens, normalmente elas são realizadas mediante o estabelecimento de tratamentos tributários favoráveis, consistentes na isenção ou redução de tributos, ou ainda outros mecanismos como crédito presumido, diferimento dentre outros.

A Companhia possui benefícios e incentivos fiscais oriundos do crédito presumido sobre ICMS e de diferimento do respectivo imposto na comercialização de etanol, o que ocasiona o registro da dedução ou redução de impostos, em conta de resultado como receita, com sua posterior exclusão na apuração do lucro real, mediante a destinação da respectiva parcela deduzida em reserva específica no patrimônio líquido, não passível de distribuição aos acionistas. A partir de janeiro de 2024, em decorrência dos efeitos da Lei 14.789/23, o grupo deixou de realizar a exclusão dos respectivos incentivos fiscais na apuração do lucro real.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

Esses ativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial, sendo quaisquer alterações de valor justo entre os exercícios reconhecidas no resultado.

O valor justo foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas:

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

h) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii) *Custos de manutenção*

O custo de manutenção de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem, é reconhecido no resultado como despesa.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas bem como as taxas médias ponderadas anual, para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 são as seguintes:

	<u>Anos</u>	<u>Taxas médias</u>
Equipamentos industriais	13	7,69%
Construções e edificações	20	5,00%
Pavimentação	7	14,29%
Veículos	5	20,00%
Equipamentos agrícolas	5	20,00%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	14,29%
Móveis e utensílios	8	12,50%
Computadores e periféricos	4	25,00%
Gastos manutenção entressafra	1	100,00%
Cultura permanente	5	20,00%
Outros	6	16,67%

i) Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, que estabelece os critérios para reconhecimento, mensuração e apresentação dos contratos de arrendamento e de parcerias agrícolas. Em conformidade com essa norma, na data de início dos contratos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso, representativo do direito de utilizar o ativo subjacente ao longo do prazo contratual, bem como um passivo de arrendamento correspondente às obrigações de pagamentos futuros.

A Companhia classifica como arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período. Nesse contexto, os contratos de parceria agrícola, embora possuam natureza jurídica de parceria rural conforme o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, com alterações introduzidas pela Lei nº 11.443, de 05 de janeiro de 2007), foram reconhecidos de acordo com os requisitos da referida norma contábil.

j) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes e outros recebíveis que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Companhia de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, acompanham as alterações no risco de crédito e reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, também podem considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos que não foram designados como instrumentos de hedge.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pela amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a fornecedores e outras contas a pagar, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, e empréstimos e financiamentos sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

iii) *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são,

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

subseqüentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender os critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

k) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo deduzidos dos custos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de março de 2026 e 2025.

l) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

n) Segmento operacional

A Administração da Companhia elabora os seus relatórios sobre as demonstrações financeiras na mesma base que estas informações são divulgadas, pois estas demonstrações financeiras são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos. Portanto a Administração tem um único segmento operacional.

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis às demonstrações financeiras

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de abril de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

p) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.
A Companhia não espera impactos da alteração em suas demonstrações financeiras.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Caixa e bancos	145	200
Equivalentes de caixa	59.311	93.931
Total	59.456	94.131

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2026, essas aplicações referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são depositados em bancos de primeira linha, cuja taxa de remuneração varia entre 100% e 102% (70% a 102,5% em 31 de março de 2025) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de vencimento, podendo ser resgatadas para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Companhia.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 22.

8. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Decorrentes da venda de etanol	714	388
Decorrentes da venda de açúcar	-	410
Outros (a)	2.974	695
Contas a receber de clientes	3.688	1.493
Créditos com partes relacionadas (Nota 28)	5	-
Outros recebíveis	5	-
Total	3.693	1.493

(a) Refere-se principalmente ao contas a receber proveniente da prestação de serviços de plantio e tratos de cana planta e revenda de insumos junto a fornecedores de cana e parceiros, com vencimento para curto prazo.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber de clientes e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 22.

9. Arrendamentos a receber

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Arrendamentos	131.348	177.019
Total	131.348	177.019
Ativo circulante	43.285	33.499
Ativo não circulante	88.063	143.520

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos arrendamentos a receber está demonstrada abaixo:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Saldo no início do exercício	177.019	139.780
Adições de novos contratos de arrendamentos	32.247	25.202
Juros	17.446	15.802
Transferência – direito de uso	7.975	33.805
Remensuração	(31.796)	(12.485)
Recebimentos	(38.294)	(25.085)
Baixas por distratos/alterações de contratos	(33.249)	-
Saldo no fim do exercício	131.348	177.019
Ativo circulante	43.285	33.499
Ativo não circulante	88.063	143.520

O fluxo de contratos de longo prazo apresenta vencimentos nos respectivos exercícios:

Vencimento	<u>Valor</u>
01/04/2027 a 31/03/2028	10.264
01/04/2028 a 31/03/2029	9.724
01/04/2029 a 31/03/2030	10.396
01/04/2030 a 31/03/2031	11.169
01/04/2031 a 31/03/2032	11.597
01/04/2032 a 31/03/2033	10.426
01/04/2033 a 31/03/2034	10.059
01/04/2034 a 31/03/2035	3.378
01/04/3035 a 31/03/2036	5.331
01/04/2035 em diante	5.719
	88.063

10. Estoques

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Produto acabado		
Açúcar VHP	55	450
Etanol hidratado	356	1.100
Provisão de ajuste ao valor realizável	-	(4)
Almoxarifado		
Almoxarifado diversos (a)	56.232	20.840
Provisão para obsolescência	(603)	(728)
Estoques em poder de terceiros	-	1.923
Outros		
Créditos de descarbonização – CBIOS (b)	1.118	-
Total	57.158	23.581

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Os valores mais representativos do almoxarifado referem-se a material de consumo, estoque de insumos e defensivos agrícolas a serem utilizados nas áreas de plantio.
- (b) Em 31 de março de 2026, existiam 46.326 mil CBIOS escriturados e registrados a valor realizável líquido.

Movimentação da provisão para obsolescência

A Companhia adota como critério a provisão de itens de almoxarifado que não apresentaram movimentação por um período superior a 365 dias. A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada abaixo:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Saldo inicial	(728)	(512)
Adições	(597)	(1.629)
Reversões	722	1.413
Saldo final	(603)	(728)

11. Ativos biológicos

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Custo histórico	56.456	50.453
Valor justo	18.933	24.367
Saldo inicial de ativos biológicos	75.389	74.820
Adições com tratos de cana	67.928	56.456
Absorção dos custos cana colhida	(56.456)	(50.453)
Valor justo líquido de despesas estimadas de venda	(20.013)	(5.434)
Saldo final de ativos biológicos	66.848	75.389
Custo histórico	67.928	56.456
Valor justo	(1.080)	18.933
<u>Soqueira de cana-de-açúcar</u>		

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Área estimada de colheita (hectares)	16.992	15.218
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	75,65	76,93
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	141,22	143,90
Valor do Kg de ATR (R\$)	1,20	1,28

A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa de cada exercício, denominada como "Custo Médio Ponderado de Capital", correspondeu a 8,79% ao ano (8,24% em 31 de março de 2025),

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Companhia. A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Companhia esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde do canavial e análises de doenças e pragas da indústria. A Companhia também se assegura contra desastres naturais.

12. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
COFINS a recuperar	24.745	25.072
ICMS a recuperar - ativo imobilizado	6.200	5.105
PIS a recuperar	5.100	5.794
IRPJ e CSLL a recuperar	7.098	5.135
IRRF sobre aplicações financeiras	557	651
Outros impostos a recuperar	589	552
Total	44.289	42.309
Ativo circulante	39.559	38.620
Ativo não circulante	4.730	3.689

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PIS e COFINS

O saldo é composto por créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, referentes às aquisições de partes de peças utilizadas na manutenção das instalações industriais e da frota agrícola, serviços de manutenção das instalações industrial e agrícola, fretes e armazenamento nas operações de vendas, energia elétrica, e outros créditos, sobre aquisições de máquinas e equipamentos e edificações e construções destinados à produção e aquisição de cana. Inclui também créditos sobre a aquisição de cana de açúcar de terceiros. Estes créditos poderão ser compensados com outros tributos federais e não possuem prazos de prescrição.

ICMS - aquisição de ativo imobilizado

O saldo é composto basicamente por créditos apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

IRRF

Corresponde ao imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

13. Investimentos

Composição dos saldos

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial		
CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A.	<u>4.104</u>	<u>3.769</u>
	4.104	3.769
Outros investimentos mensurados a custo		
Outros investimentos*	<u>27</u>	<u>23</u>
	4.131	3.792

*Substancialmente composto por cotas em cooperativas.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações relevantes nos investimentos da Companhia estão detalhadas conforme abaixo:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Saldo inicial dos investimentos	3.792	3.153
Resultado de equivalência patrimonial	335	639
	4.127	3.792
Outros investimentos mensurados a custo		
Atualização de cotas de participação em cooperativas	4	-
Saldo final dos investimentos	4.131	3.792

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações da investida

		Exercício findo em 31 de março de 2026											
		Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivo + PL	Receitas	Despesas	Lucro	Equivalência patrimonial
31 de março de 2026													
CZ Energy S.A.	25,00%	19.905	-	19.905	3.487	-	16.417	19.904	1.861	(131)	1.730	335	
		19.905	-	19.905	3.487	-	16.417	19.904	1.861	(131)	1.730	335	

		Exercício findo em 31 de março de 2025											
		Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivo + PL	Receitas	Despesas	Lucro	Equivalência patrimonial
31 de março de 2025													
CZ Energy S.A.	25,00%	24.514	-	24.514	9.437	-	15.077	24.514	202.676	(200.120)	2.556	639	
		24.514	-	24.514	9.437	-	15.077	24.514	202.676	(200.120)	2.556	639	

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

Custo	Equipamentos industriais		Construções e edificações		Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas		Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas		Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura permanente	Outros	Total
Saldo em 31 de março de 2024	96.440	90.642	10.899	2.201	26.055	1.830	6.445	1.615	2.308	22.569	133.305	227.986	1.062	623.357				
Adições	369	60	-	431	9.692	-	14	6	116	52.721	37.021	62.068	9	162.507				
Baixas	(100)	(148)	-	-	-	-	-	(10)	-	-	(133.305)	(6.830)	-	(140.393)				
Transferências	1.075	1.150	4.345	-	532	-	586	-	261	(8.931)	-	770	212	-				
Saldo em 31 de março de 2025	97.784	91.704	15.244	2.632	36.279	1.830	7.045	1.611	2.685	66.359	37.021	283.994	1.283	645.471				
Adições	319	453	-	-	-	-	-	-	-	54.295	54.859	55.176	-	165.102				
Baixas	(240)	-	-	(63)	(460)	-	-	(6)	(2)	-	(37.021)	-	-	(37.792)				
Transferências	35.366	42.827	1.876	1.271	6.042	-	968	200	982	(90.604)	-	(1)	1.073	-				
Saldo em 31 de março de 2026	133.229	134.984	17.120	3.840	41.861	1.830	8.013	1.805	3.665	30.050	54.859	339.169	2.356	772.781				

Depreciação	Equipamentos industriais		Construções e edificações		Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas		Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas		Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura permanente	Outros	Total
Saldo em 31 de março de 2024	(26.363)	(12.905)	(7.955)	(1.101)	(11.888)	-	(2.194)	(402)	(1.032)	-	(98.000)	(58.592)	(579)	(221.011)				
Adições	(9.696)	(3.579)	(3.205)	(490)	(7.117)	-	(1.231)	(161)	(498)	-	(35.305)	(36.799)	9	(98.072)				
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	133.305	-	-	133.307				
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Saldo em 31 de março de 2025	(36.059)	(16.484)	(11.160)	(1.591)	(19.005)	-	(3.425)	(561)	(1.530)	-	-	(95.391)	(570)	(185.776)				
Adições	(11.657)	(4.515)	(2.924)	(493)	(7.657)	-	(1.211)	(171)	(461)	-	(37.021)	(46.363)	(250)	(112.723)				
Baixas	112	-	-	61	261	-	-	-	1	-	37.021	-	-	37.456				
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Saldo em 31 de março de 2026	(47.604)	(20.999)	(14.084)	(2.023)	(26.401)	-	(4.636)	(732)	(1.990)	-	-	(141.754)	(820)	(261.043)				

Saldo líquido em 31 de março de 2025	61.725	75.220	4.084	1.041	17.274	1.830	3.620	1.050	1.155	66.359	37.021	188.603	713	459.695
Saldo líquido em 31 de março de 2026	85.625	113.985	3.036	1.817	15.460	1.830	3.377	1.073	1.675	30.050	54.859	197.415	1.536	511.738

Garantia

A Companhia concede alguns bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 21.

Análise do valor de recuperabilidade

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 os indicativos de *impairment* e concluiu não haver indicativos que requeiram a necessidade de teste do valor recuperável.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Direito de uso sobre arrendamentos e parcerias agrícolas

A movimentação do direito de uso sobre arrendamento e parceria agrícola está demonstrada abaixo:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terras	Total
Custo:				
Saldo em 31 de março de 2024	10.894	42.597	350.843	404.334
Adições de novos contratos de direito de uso	2.304	728	75.424	78.456
Remensuração	-	-	(15.071)	(15.071)
Transferência – Cessão	-	-	(33.213)	(33.213)
Baixas por distrato/alterações de contratos	-	-	(1.031)	(1.031)
Saldo em 31 de março de 2025	13.198	43.325	376.952	433.475
Saldo em 1º de abril de 2025	13.198	43.325	376.952	433.475
Adições de novos contratos de direito de uso	1.401	-	95.646	97.047
Remensuração	288	-	(34.897)	(34.609)
Transferência – Cessão	-	-	(5.988)	(5.988)
Baixas por distrato/alterações de contratos	(609)	(4.341)	(25.676)	(30.626)
Saldo em 31 de março de 2026	14.278	38.984	406.037	459.299
Amortização acumulada:				
Saldo em 31 de março de 2024	(4.925)	(16.705)	(86.747)	(108.377)
Amortização no exercício	(1.676)	(5.286)	(34.402)	(41.364)
Baixas	-	-	68	68
Saldo em 31 de março de 2025	(6.601)	(21.991)	(121.081)	(149.673)
Saldo em 1º de abril de 2025	(6.601)	(21.991)	(121.081)	(149.673)
Amortização no exercício	(1.772)	(6.739)	(33.661)	(42.172)
Baixas	609	4.341	2.413	7.363
Saldo em 31 de março de 2026	(7.764)	(24.389)	(152.329)	(184.482)
Vida útil (anos)	1 a 2	1 a 2	1 a 25	
Valor residual em 31 de março de 2025	6.597	21.334	255.871	283.802
Valor residual em 31 de março de 2026	6.514	14.595	253.708	274.817

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 22 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	31/03/2026	31/03/2025
CCB	(b)	R\$	CDI	233.533	168.235
CPR	(b)	R\$	CDI	51.176	-
Finame	(a)	R\$	Pré-fixada	18.038	17.931
Finame	(a)	R\$	SELIC	17.199	17.156
Finame	(a)	R\$	IPCA	20.643	17.250
Finem	(a)	R\$	IPCA	49.660	61.406
				390.249	281.978
Custos de transação				(1.122)	(932)
Total (*)				389.127	281.046

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	31/03/2026	31/03/2025
Mútuo Passivo	(c)	R\$	(c)	100.000	100.000
Nota comercial partes relacionadas	(d)	R\$	CDI	89.519	54.622
Total				189.519	154.622
Total empréstimos e financiamentos				578.646	435.668

Passivo circulante	108.729	122.707
Passivo não circulante	469.917	312.961

(*) As taxas médias ponderadas dos encargos financeiros são de 14,43% a.a. em 2026 e 13,85% a.a. em 2025

- Refere-se empréstimos contratados com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos industriais e agrícolas. Os empréstimos possuem carência para pagamento da primeira parcela do principal de 6 a 24 meses da data da contratação. Os contratos estão garantidos pela cessão fiduciária em alienação dos bens como objeto de financiamento.
- Refere-se a empréstimos que foram firmadas com diversas instituições financeiras e serão liquidados durante os exercícios de 2026 e 2039.
- Refere-se a mútuo junto a parte relacionada Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., sem incidência de juros, que será liquidado mediante a disponibilidade de caixa e a mútuo junto a parte relacionada Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A., sem incidência de juros com vencimento em 2031.
- Refere-se a nota comercial junto a parte relacionada Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. com incidência de juros e vencimento em 2032, o qual poderá ser liquidado mediante a disponibilidade de caixa da Companhia.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de março de 2026	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	390.249	102.244	72.799	124.247	50.093	16.272	24.594
Custos de transação	(1.122)	(244)	(244)	(225)	(133)	(133)	(143)
Mútuo partes relacionadas	100.000	-	-	-	-	100.000	-
Nota comercial partes relacionadas	89.519	6.729	-	-	-	-	82.790
Empréstimos e financiamentos, líquido	578.646	108.729	72.555	124.022	49.960	116.139	107.241

31 de março de 2025	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	281.978	18.217	82.143	47.799	48.563	48.563	36.693
Custos de transação	(932)	(132)	(132)	(132)	(132)	(132)	(272)
Mútuo partes relacionadas	100.000	100.000	-	-	-	-	-
Nota comercial partes relacionadas	54.622	4.622	-	-	-	50.000	-
Empréstimos e financiamentos, líquido	435.668	122.707	82.011	47.667	48.431	98.431	36.421

Cláusulas contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (covenants), cujo período de apuração se dá no encerramento do exercício. A Administração possui controles tempestivos sobre esses indicadores e em 31 de março de 2026 entende que as exigências pré-estabelecidas foram cumpridas, sendo improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, e nem a necessidade de reclassificação.

17. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/03/2026	31/03/2025
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	33.169	45.905
Fornecedores internacionais de materiais e serviços	1.097	-
Fornecedores de cana-de-açúcar	1.297	10.892
Fornecedores de cana-de-açúcar (partes relacionadas)	2.091	521
Total	37.654	57.318
Passivo circulante	37.654	57.318
Passivo não circulante	-	-

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo com fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte. Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de Açúcar Total Recuperável (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo.

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de março de 2026 e 2025 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 22.

18. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	427.662	482.057
Total	427.662	482.057
Passivo circulante	34.748	64.631
Passivo não circulante	392.914	417.426

A movimentação do passivo de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar está demonstrada abaixo:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Saldo no início do exercício	482.057	455.713
Adições de novos contratos de arrendamento	129.294	103.658
Juros	52.898	44.946
Remensuração	(66.374)	(27.556)
Pagamentos	(109.465)	(85.227)
Baixas por distratos/alterações de contratos	(60.748)	(9.477)
Saldo final	427.662	482.057
Passivo circulante	34.748	64.631
Passivo não circulante	392.914	417.426

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Valor
01/04/2027 a 31/03/2028	26.742
01/04/2028 a 31/03/2029	43.436
01/04/2029 a 31/03/2030	39.552
01/04/2030 a 31/03/2031	40.296
01/04/2031 a 31/03/2032	43.736
01/04/2032 a 31/03/2033	44.380
01/04/2033 a 31/03/2034	45.192
01/04/2034 a 31/03/2035	28.644
01/04/2035 a 31/03/2036	26.694
01/04/2036 em diante	54.242
	392.914

Abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	Arrendamentos	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	396.812	205.242
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(36.705)	(18.985)
Total	360.107	186.257

19. Adiantamento de clientes

	31/03/2026	31/03/2025
Adiantamento de clientes – açúcar (a)	51.963	88.329
Adiantamento de clientes – etanol	-	177
Adiantamento de clientes – energia	9	
Outros (b)	767	586
Total	52.739	89.092
Circulante	52.739	44.928
Não circulante	-	44.164

A Companhia possui contrato de compra e venda de açúcar VHP para entrega futura, junto ao Itaú BBA Trading S.A., no volume de 35.300 (trinta e cinco e trezentos mil) toneladas. Esse adiantamento é corrigido pela CDI + 2,5 % a.a. A operação será amortizada a partir da safra 2024/25 até a safra 2026/2027, mediante entrega de Açúcar VHP.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui em 31 de março de 2026 demandas judiciais relacionadas a riscos trabalhistas com prognóstico de perda provável no valor de R\$ 86 e R\$ 39 em 31 de março de 2025.

Perdas Possíveis

A Companhia possui processos das naturezas trabalhistas e cíveis em andamento no montante atualizado de R\$ 684 (R\$ 697 em 31 de março de 2025), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Cível	192	157
Trabalhista	492	540
	684	697

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista classificadas como possível têm como principais objetos: (i) pleito de horas extras e reflexos; (ii) adicional noturno; e (v) pedido de responsabilidade subsidiária/ solidária em verbas rescisórias, FGTS e reflexos de prestadores de serviços contratados pela Companhia.

Cíveis

As ações cíveis classificadas como possível têm como principal objeto indenização por danos morais tendo por principal fato causador acidentes de trânsito.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2026 e 2025, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$35.543, dividido em 44.181.374 ações ordinárias, nominativas.

Em 31 de março de 2026 e 2025, o capital social da Companhia está distribuído da seguinte forma:

	<u>31/03/2026</u>		<u>31/03/2025</u>	
	<u>Ações</u>	<u>R\$</u>	<u>Ações</u>	<u>R\$</u>
Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações	44.181.368	35.543	44.181.368	35.543
Ifar Brazil Pte Ltd.	2	-	2	-
Marseille Fundo de Investimentos em Participações	2	-	2	-
Rio Grande Investment Pte Ltd.	1	-	1	-
JF Investimentos S.A.	1	-	1	-
Total	44.181.374	35.543	44.181.374	35.543

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia usufrui de benefícios e incentivos fiscais do ICMS do estado de Minas Gerais, estes benefícios estão previstos em convênio CONFAZ e regularizados no decreto 47.394 de 2018, cumprindo os requisitos do artigo 10º da lei complementar 160/2017.

Esses benefícios denominados subvenções são decorrentes de créditos presumido de ICMS e de diferimento de ICMS nas operações de vendas. Os valores das subvenções são contabilizados como receita e excluídos da base de cálculo da apuração de imposto de renda e contribuição social até 31/12/2023.

A constituição da reserva de incentivos fiscais está condicionada à existência de lucro no exercício, após a destinação da reserva legal, e limitada ao montante das subvenções reconhecidas. Até 31 de março de 2026, a Companhia possuía saldo constituído o montante de R\$ 75.253, permanecendo pendente de constituição o montante de R\$ 874.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Inclui a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de suas futuras exportações (item protegido).

e) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% do lucro líquido, conforme ajustado, para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

A Companhia decidiu por meio de realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 25 de abril de 2024, a qual foi registrada na JUCEMG em 29 de abril de 2024, aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas no montante total de R\$ 20.428, referentes aos lucros acumulados da Companhia, constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de março de 2024, a serem creditados contra o valor do dividendo obrigatório relativo ao referido exercício. Os pagamentos foram realizados em 29 de abril de 2024.

22. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de março de 2026	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Equivalentes de caixa	59.311	-	59.311	59.311
Instrumentos financeiros derivativos	25.737	-	25.737	25.737
Total	85.048	-	85.048	85.048

Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo

Caixa e bancos	-	145	145	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	3.688	3.688	
Contas a receber com partes relacionadas	-	5	5	
Arrendamentos a receber	-	131.348	131.348	
Total	-	135.186	135.186	

31 de março de 2026	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Passivos financeiros mensurados ao valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos	1.049	-	1.049	1.049
Total	1.049	-	1.049	1.049

Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo

Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	-	427.662	427.662	
Empréstimos e financiamentos	-	389.127	389.127	
Empréstimos com partes relacionadas	-	189.519	189.519	
Fornecedores e outras contas a pagar	-	37.654	37.654	
Total	-	1.043.962	1.043.962	

31 de março de 2025	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Equivalentes de caixa	93.931	-	93.931	93.931
Instrumentos financeiros derivativos	1.900	-	1.900	1.900
Total	95.831	-	95.831	95.831

Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo

Caixa e bancos	-	200	200	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	1.493	1.493	
Arrendamento a receber	-	177.019	177.019	
Total	-	178.712	178.712	

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de março de 2025	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Passivos financeiros mensurados ao valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos	2.126	-	2.126	2.126
Total	2.126	-	2.126	2.126
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	-	482.057	482.057	
Empréstimos e financiamentos	-	281.046	281.046	
Empréstimos com partes relacionadas	-	154.622	154.622	
Fornecedores e outras contas a pagar	-	57.318	57.318	
Total	-	975.043	975.043	

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2026, em relação às divulgações de 31 de março de 2025.

Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de março de 2026 e 2025, A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação são os seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, falharem em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros débitos, arrendamentos a receber e de instrumentos financeiros derivativos ativos conforme apresentados abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras está demonstrada abaixo:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Caixa e equivalentes de caixa	59.456	94.131
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	3.693	1.493
Arrendamentos a receber	131.348	177.019
Instrumentos financeiros derivativos	25.737	1.900
Total	220.234	274.543
Ativo circulante	119.265	130.962
Ativo não circulante	100.969	143.581

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos com cada uma das instituições.

A Companhia não possui registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se realizam de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de março a dezembro de cada ano calendário), o que possibilita à Companhia interromper entregas a clientes que porventura se apresentarem como potencial risco de crédito.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
A vencer	<u>3.693</u>	<u>1.493</u>
	<u>3.693</u>	<u>1.493</u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31 de março de 2026 e 2025 e concluiu que os valores se equiparam ao valor contábil, pois o giro do contas a receber é de curto prazo.

Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia procura trabalhar com pagamentos antecipados.

Garantias

A Companhia é garantidora junto a entidades financeiras e cooperativas de créditos, de operações de compra de insumos e financiamentos a serem utilizados no plantio e colheita de cana-de-açúcar de seus fornecedores. Em 31 de março de 2026, o valor garantido totaliza R\$24.374 (R\$ 28.467 em 31 de março de 2025). A Companhia assumirá o débito de seus fornecedores, no limite da garantia prestada, em caso de não pagamento de suas obrigações. Os eventuais valores desembolsados pela Companhia para pagamento das obrigações dos fornecedores, em caso de inadimplência, serão acrescidos pela taxa CDI + 4% ao ano "pro-rata dia" e serão descontados quando do fornecimento da cana-de-açúcar pelo fornecedor.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de seu Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Empréstimos e financiamentos	389.127	281.046
Débito com partes relacionadas	189.519	154.622
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	427.662	482.057
Fornecedores e outras contas a pagar	37.654	57.318
Instrumentos financeiros derivativos	1.049	2.126
Total	1.045.011	977.169
Passivo circulante	182.180	246.541
Passivo não circulante	862.831	730.628

A seguir, estão os vencimentos contábeis dos passivos financeiros:

<u>31 de março de 2026</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Fluxo contratual</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>1 a 2 anos</u>	<u>2 a 3 Anos</u>	<u>3 a 4 anos</u>	<u>4 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Empréstimos e financiamentos	389.127	390.249	102.244	72.799	124.247	50.093	16.272	24.594
Débito com partes relacionadas	189.519	189.519	-	-	-	-	-	189.519
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	427.662	742.758	84.480	70.186	83.072	76.054	70.908	358.058
Fornecedores e outras contas a pagar	37.654	37.654	37.654	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.049	1.049	1.049	-	-	-	-	-
Total	1.045.011	1.361.229	225.427	142.985	207.319	126.147	87.180	572.171

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de março de 2025	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 Meses	1 a 2 anos	2 a 3 Anos	3 a 4 Anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	281.046	281.978	18.217	82.143	47.799	48.563	48.563	36.693
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	154.622	154.622	104.622	-	-	-	50.000	-
Débito com partes relacionadas	482.057	761.926	98.783	94.504	89.288	87.121	78.030	314.200
Fornecedores e outras contas a pagar	57.318	57.318	57.318	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.126	2.126	1.885	241	-	-	-	-
Total	977.169	1.257.970	280.825	176.888	137.087	135.684	176.593	350.893

Movimentação dos passivos financeiros nas atividades de financiamentos:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos e parceria agrícola a pagar
Saldos em 1º de abril de 2024	139.620	455.713
Adições	179.338	103.658
(-) Pagamentos	(39.591)	(85.227)
(-) Pagamentos de juros	(15.911)	-
Juros incorridos	17.370	44.946
Remensuração de contratos de arrendamento	-	(27.556)
Baixa por distratos / alterações de contratos	-	(9.477)
Apropriação de custos de transação e variação cambial	220	-
Saldos em 31 de março de 2025	281.046	482.057
Adições	122.276	129.294
(-) Pagamentos	(30.822)	(109.465)
(-) Pagamentos de juros	(25.066)	-
Juros incorridos	41.543	52.898
Remensuração de contratos de arrendamento	-	(66.374)
Baixa por distratos / alterações de contratos	-	(60.748)
Apropriação de custos de transação e variação cambial	150	-
Saldos em 31 de março de 2026	389.127	427.662

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Por meio de suas atividades, A Companhia também é exposto a riscos financeiros decorrentes de mudança no valor do ATR (Açúcar Total Recuperável), utilizado para cálculo do valor justo do ativo biológico e do valor do açúcar VHP (Very High Polarized).

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação do CDI, Selic, IPCA e TLP. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, utilizando-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar o impacto destes riscos.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2026. Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros

Instrumentos	Exposição em 31 março de 2026	Risco	Cenários		Apreciação		Depreciação	
			Taxa	Provável	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%
Ativos financeiros								
Equivalentes de caixa	59.311	CDI	14,65%	8.689	2.172	4.345	(2.172)	(4.345)
Passivos financeiros								
CCB	233.533	CDI	14,65%	(34.213)	(8.553)	(17.106)	8.553	17.106
CPR	51.176	CDI	14,65%	(7.497)	(1.875)	(3.749)	1.875	3.749
Finame	17.199	SELIC	14,65%	(2.520)	(630)	(1.259)	630	1.259
Finame	20.643	IPCA	3,81%	(786)	(197)	(394)	197	394
Finem	49.660	IPCA	3,81%	(1.892)	(473)	(946)	473	946
Impacto no resultado e patrimônio líquido				(38.219)	(9.556)	(19.109)	9.556	19.109

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP, a TJLP e TLP foi extraída da Receita Federal, a SELIC do Banco Central do Brasil e o IPCA junto ao IBGE.

- (a) Os contratos da modalidade Finame e Finem foram contratados considerando o indexador TLP (taxa de longo prazo), que é composto pela variação do IPCA + taxa pré-fixada definida na assinatura do contrato.

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de câmbio (dólar norte-americano) em parte de suas contas a receber, caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo, tomados em moeda diferente da moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira).

Com relação à parcela de longo prazo desses passivos, ela está respaldada pelas exportações de açúcar da Companhia, que representam 100% das exportações, e possui preços denominados em moeda estrangeira e com pouca volatilidade às variações da taxa de câmbio.

Exposições a riscos cambiais

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US\$ mil):

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	249
NDF	-	-
Termo de moedas	(20.330)	(12.949)
Receita futura (VHP) – Objeto de hedge	20.330	12.949
Exposição líquida	7	250

A exposição cambial líquida demonstrada acima, está substancialmente compensada com receitas altamente prováveis de exportação de produtos.

Análise de sensibilidade - risco de câmbio

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição de partes do suas contas a receber, caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo à variação monetária do dólar norte americano em 31 de março de 2026. Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Cenário I: Para o cenário provável em dólar norte americano foi considerada a taxa de câmbio da data de 31 de março de 2026;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	US\$ mil	R\$ (MTM)	Apreciação (R\$)		Deterioração (R\$)	
			25%	50%	25%	50%
Instrumentos financeiros não derivativos						
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	37	9	18	(9)	(18)
Instrumentos financeiros derivativos						
Termo de moedas	(20.330)	11.019	13.774	16.529	(13.774)	(16.529)
Objeto de Hedge						
Receita futura (VHP) – Objeto de hedge	20.330	(11.019)	(13.774)	(16.529)	13.774	16.529
Impacto no resultado e patrimônio líquido	7	37	9	18	(9)	(18)

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos principais produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas, principalmente relacionados a exportação de Açúcar VHP. Para mitigar esse risco, a Companhia realiza constante monitoramento do mercado para antecipar-se a movimentos de preços.

Exposições a riscos de preço

A exposição líquida dos instrumentos derivativos para hedge de preço do açúcar VHP está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US\$ mil e R\$ mil):

	31/03/2026	31/03/2025
Termo de commodities US\$	(15.222)	(12.624)
Termo de commodities R\$	(108.097)	-
Termo de Etanol	(2.078)	-
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	125.397	12.624
Exposição líquida	-	-

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade - risco de preço

A análise de sensibilidade abaixo é determinada com base na exposição dos instrumentos financeiros derivativos de termo de commodities à variação de preços de exportação baseados na curva futura dos preços de tela NY#11 em 31 de março de 2026. Abaixo foram apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Para o cenário provável aumento nos preços futuros na posição da data de 31 de março de 2026;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	US\$/R\$	R\$ (MTM)	Apreciação (R\$)		Deterioração (R\$)	
			25%	50%	25%	50%
Termo de commodities	(123.319)	13.858	(40.398)	(81.629)	37.658	(21.943)
Termo de Etanol	(2.078)	(189)	(47)	(95)	47	95
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	125.397	(13.669)	40.445	81.724	(37.705)	21.848
Impacto no resultado e patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-

Contabilidade de hedge

Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações da Companhia

A Companhia adota uma estrutura de hedge accounting de fluxo de caixa que consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de exportação em moeda estrangeira (dólar norte americano - USD), contra o risco cambial de flutuação de taxa de câmbio USD versus BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como ACC (Adiantamento de Contratos de Câmbio), PPE (Pré Pagamento de Exportação), Opção de moeda (USD), Opção de açúcar (VHP) e derivativos como NDF (Non-Deliverable Forward), em valores e vencimentos limitados aos valores de exportação para mitigar os riscos de variação cambial. Abaixo está demonstrada a relação de *hedge* designada para *hedge accounting*:

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2026		31/03/2025	
	Realizado Resultado	Não realizado (patrimônio líquido)	Realizado resultado	Não realizado (patrimônio líquido)
Termo de moeda e <i>commodities</i>	11.135	24.688	(5.950)	(226)
Exposição total	11.135	24.688	(5.950)	(226)
(-) IR/CS diferidos	(3.786)	(8.394)	2.023	77
Exposição líquida	7.349	16.294	(3.927)	(149)

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidados, bem como a variação cambial dos instrumentos de *hedge* não derivativos é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de *hedge* foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à receita proveniente de exportações de açúcar. Com o objetivo de mitigar este risco, A Companhia adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos créditos comerciais para os próximos 12 meses, revistos mensalmente. A cobertura do fluxo de caixa futuro é analisada e discutida pelo Conselho de Administração da Companhia, que aprova e autoriza a contratação e designação de instrumentos financeiros derivativos para a contabilidade de *hedge*.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

	Tipo Moeda	31/03/2026		31/03/2025	
		Nocional (US\$/R\$ mil)	Valor justo (R\$)	Nocional (US\$/R\$ mil)	Valor justo (R\$)
Termo de <i>commodities</i>	US\$	15.222	2.989	12.624	948
Termo de <i>commodities</i>	R\$	108.097	10.869		
Termo de moedas	US\$	20.330	11.019	12.949	(1.174)
Termo de etanol	US\$	2.078	(189)		
Total			24.688		(226)
Ativo circulante			12.831		1.839
Ativo não circulante			12.906		61
			25.737		1.900
Passivo circulante			1.049		1.885
Passivo não circulante			-		241
			1.049		2.126

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

31 de março de 2026	Tipo	Nacional	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 Anos	4 a 5 Anos
Termo de commodities	US\$	15.222	2.989	2.989	-	-	-	-
Termo de commodities	R\$	108.097	10.869	-	10.869	-	-	-
Termo de moedas	US\$	20.330	11.019	8.982	2.037	-	-	-
Termo de etanol	US\$	2.078	(189)	(189)	-	-	-	-
Total			24.688	11.782	12.906	-	-	-

31 de março de 2025	Tipo	Nacional	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 Anos	4 a 5 Anos
Termo de commodities	US\$	12.624	948	886	62	-	-	-
Termo de moedas	US\$	12.949	(1.174)	(933)	(241)	-	-	-
Total			(226)	(47)	(179)	-	-	-

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dessas operações no resultado do exercício. Em 31 de março de 2026 e 2025, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

Derivativo	Mercado	Risco	31/03/2026	31/03/2025
Termo de moedas e <i>commodities</i>	CETIP/ICE	USD	11.135	(5.950)
Receita bruta de vendas e serviços			11.135	(5.950)
NDF	CETIP	USD	-	46
Swap	CETIP	CDI	-	(253)
Receita (despesas) financeiras			-	(207)
Total			11.135	(6.157)
(-) IR/CS			(3.786)	2.093
Efeito líquido no resultado			7.349	(4.064)

c) Gestão de capital

A Companhia administra a gestão capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parceria agrícola a pagar, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e pelo seu patrimônio líquido).

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Empréstimos e financiamentos	389.127	281.046
Débitos com partes relacionadas	189.519	154.622
Arrendamentos e parceria agrícolas a pagar	427.662	482.057
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(59.456)	(94.131)
Dívida líquida	946.852	823.594
Patrimônio líquido	83.724	94.318
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.030.576	917.912
Coefficiente de alavancagem	11,31	8,73

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (Passivo)		Resultado		Patrimônio líquido	
	31/03/2026	31/03/2025	2026	2025	31/03/2026	31/03/2025
Provisão para demandas judiciais/atuarial	29	13	16	13	-	-
Provisão para perdas com estoques	205	249	(44)	75	-	-
Efeitos de contratos de swap	-	-	-	(49)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	42.560	21.687	20.873	11.168	-	-
Valor justo do ativo biológico	367	(6.437)	6.805	1.847	-	-
Efeitos de contratos de ACC/NCE e variação cambial	-	-	-	7	-	-
Efeitos de contratos opções	-	-	-	-	-	233
Efeitos de contratos de forward	(8.458)	77	-	(28)	(8.535)	(679)
Efeitos de contratos de forward etanol	64	-	-	-	64	-
Efeitos de diferença depreciação fiscal x vida útil	69	25	44	15	-	-
Efeitos de depreciação incentivada acelerada	(40.250)	(27.159)	(13.091)	(27.159)	-	-
Efeito variação do CPC 06	20.889	20.729	160	3.971	-	-
Outros	(380)	-	(381)	5	-	-
Líquido	15.095	9.184	14.382	(10.135)	(8.471)	(446)

(a) A Administração da Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia não possui saldo remanescente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social não registrado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses em um prazo máximo de dez anos. A Companhia levou em consideração ainda o aumento da lucratividade e da base tributável nos últimos exercícios. A realização esperada dos impostos diferidos em 31 de março de 2026 é como segue:

Período	Valor
01/04/2028 a 31/03/2029	3.886
01/04/2029 a 31/03/2030	4.006
01/04/2030 a 31/03/2031	4.868
01/04/2031 a 31/03/2032	2.335
	15.095

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da taxa efetiva		
	2026	2025
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(41.364)	25.886
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	14.064	(8.801)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Dividendos distribuídos através de reserva de subvenção	-	(6.946)
CBIOS retido na fonte	(55)	(815)
Receita de CBIOS	125	1.847
Outras	193	225
Imposto de renda e contribuição social	14.327	(14.490)
Corrente	(55)	(4.355)
Diferido	14.382	(10.135)

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro tributável anual. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

24. Receita líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

	2026	2025
Receita bruta de vendas e serviços:		
Etanol mercado interno	180.905	205.247
Açúcar mercado interno	52	20.745
Açúcar mercado externo	334.481	374.249
Hedge accounting (nota 21)	11.135	(5.950)
CBIOS	367	5.433
Outras receitas	11.762	4.566
Receita bruta	538.702	604.290
Impostos sobre vendas	(30.440)	(31.846)
Receita líquida	508.262	572.444

Compromissos com Contratos - Açúcar Mercado Externo

A Companhia opera principalmente no mercado de commodities e possui diversos acordos no mercado de açúcar, através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. Os compromissos de venda de açúcar, em 31 de março de 2026, estão demonstrados abaixo em toneladas (t) conforme cronograma por safras:

Safra	Usina Canápolis
26-27	137.300
27-28	100.000
Total geral	237.300

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Etanol mercado interno

A Companhia possui compromissos firmados para venda de etanol hidratado para safra 2026/2027, conforme demonstrado abaixo em metros cúbicos (m³):

Hidratado

	<u>Usina Canápolis</u>
26-27	<u>35.000</u>
Total geral	<u>35.000</u>

Arrendamentos e contratos de parceria agrícola

A Canápolis possui contratos de arrendamento de terras e parceria para cultivo de cana-de-açúcar, cujos direitos de uso foram reconhecidos conforme demonstrado na nota explicativa 14, e os passivos relacionados estão demonstrados na nota explicativa 17.

25. Gastos por natureza

A Companhia apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Custo das vendas e serviços		
Amortização tratos	(56.361)	(50.328)
Amortização do plantio	(39.920)	(29.497)
Compra de cana fornecedor na esteira	(94.930)	(168.782)
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	(46.332)	(43.781)
Depreciação	(11.365)	(14.141)
Amortização de entressafra	(37.034)	(35.309)
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	(54.504)	(53.970)
Custos industriais	(41.633)	(48.794)
Custo de serviços prestados	(5.114)	(6.175)
Outros custos	(1.069)	(294)
Variação do valor justo de ativos biológicos	(20.014)	(5.434)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	334	8.701
Créditos de Descarbonização – CBIOS	1.118	(16)
Provisão para ajuste a valor realizável líquido estoques	4	(4)
Total	<u>(406.820)</u>	<u>(447.824)</u>
	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Despesas com vendas		
Frete e carretos	(35.676)	(37.188)
Tarifas decorrentes da distribuição de energia elétrica	(11)	(31)
Comissão e consultoria	(313)	(1.190)
Despesas com pessoal	(2.612)	(1.785)
Outras despesas comerciais	(2.283)	(3.388)
Depreciação e amortização	(1.682)	(1.149)
Total	<u>(42.577)</u>	<u>(44.731)</u>

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2026	2025
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal	(2.620)	(2.536)
Serviços de terceiros	(5.147)	(2.682)
Serviços compartilhados	(10.195)	(7.531)
Outras despesas administrativas	(951)	(1.173)
Depreciação e amortização	(2.042)	(1.234)
Total	(20.955)	(15.156)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2026	2025
Outras receitas (despesas) líquidas:		
Crédito presumido PIS-COFINS	1.745	8.042
Venda de produtos do almoxarifado	2.247	1.129
Resultado na alienação e baixa de ativos	(156)	(502)
Contingências	(326)	(203)
Multas e indenizações	(3.353)	-
Outras receitas e despesas	839	(53)
Baixa de arrendamentos	6.193	9.106
Outros investimentos	(10)	-
Total	7.179	17.519

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro, líquido

	2026	2025
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(41.543)	(17.370)
Juros com partes relacionadas	(10.413)	(5.644)
IOF	(424)	(329)
Perdas com ajuste a valor justo – derivativos	-	(214)
Perdas efetivas – liquidação de operações – derivativos	-	(435)
Varição cambial passiva	(1.746)	(5.519)
Outras despesas financeiras (a)	(10.127)	(13.648)
Juros sobre arrendamentos	(50.169)	(42.703)
Tarifas bancárias	(162)	(243)
Total	(114.584)	(86.105)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	7.197	8.546
Ganhos com ajuste a valor justo - derivativos	-	442
Varição cambial ativa	2.898	4.194
Outras receitas financeiras	255	116
Juros sobre arrendamentos	17.446	15.802
Total	27.796	29.100
Resultado financeiro, líquido	(86.788)	(57.005)

(a) Refere-se a juros sobre fornecedores, adiantamento de clientes e comissões sobre operações financeiras.

28. Partes relacionadas

a) Remuneração de pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração do Grupo CMAA é composto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração são desembolsados pela parte relacionada usina Vale do Tijuco Açúcar e Alcool S.A., que durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 9.980 (R\$ 10.352 em 31 de março de 2025) e incluem salários, bônus, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. A assembleia geral aprovou o montante de remuneração global anual dos administradores no total de R\$ 10.000 para o período de junho de 2026 a junho de 2027, entretanto o valor está sujeito a alterações conforme política de bonificação aprovada pela Companhia.

b) Principais saldos de transações

As transações efetuadas junto às partes relacionadas, excetuando a compra de matéria-prima, a qual é feita de acordo com o preço de mercado, são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas. Os saldos com partes relacionadas, que são compostos por transações com os acionistas ou empresas ligadas aos acionistas, estão apresentados como seguem:

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/03/2026	31/03/2025
Ativo			
Ativo circulante			
<i>Contas a receber</i>			
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	(i)	5	-
		<u>5</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante			
Direito de uso sobre parcerias agrícolas			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(ii)	65.476	87.295
Pirapitinga Participações Ltda.	(ii)	76.886	19.527
		<u>142.362</u>	<u>106.822</u>
Total ativos		142.367	106.822
Ativo circulante		5	-
Ativo não circulante		142.362	106.822
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores partes relacionadas			
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(i)	2.091	521
Pirapitinga Participações Ltda.		19.733	-
		<u>21.824</u>	<u>521</u>
Notas comerciais		6.729	4.622
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.		<u>6.729</u>	<u>4.622</u>
Mútos com partes relacionadas		-	100.000
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.		<u>-</u>	<u>100.000</u>
Passivo não circulante			
Mútuos com partes relacionadas			
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(iii)	100.000	-
		<u>100.000</u>	<u>-</u>
Notas comerciais		82.790	50.000
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(iv)	<u>82.790</u>	<u>50.000</u>
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar		75.086	108.260
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(ii)	96.593	56.045
Pirapitinga Participações Ltda.	(ii)	<u>171.679</u>	<u>164.305</u>
Total arrendamentos e parceria agrícola a pagar		383.022	319.448
Total de passivos		28.553	105.143
Passivo circulante		354.469	214.305
Passivo não circulante			
		<u>2026</u>	<u>2025</u>
Resultado			
<i>Amortização de direito de uso e juros apropriados</i>			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(ii)	(16.381)	(10.134)
Pirapitinga Participações Ltda.		(16.491)	(7.616)
		<u>(32.872)</u>	<u>(17.750)</u>

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IOF sobre mútuos	(iii)		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.		-	(161)
		<u>-</u>	<u>(161)</u>
Juros com partes relacionadas	(iv)		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.		(10.413)	(5.644)
		<u>(10.413)</u>	<u>(5.644)</u>
Gastos com serviços compartilhados	(v)		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.		(10.195)	(7.531)
		<u>(10.195)</u>	<u>(7.531)</u>

(i) Montante referente a vendas/compras de insumos agrícolas e ativos entre partes relacionadas.

(ii) Montante referente a direito de uso e passivo de arrendamento junto as referidas partes relacionadas.

(iii) Mútuo a pagar a partes relacionadas, sem incidência de juros e com incidência de IOF, que será liquidado até março de 2031.

(iv) Montante referente a notas comerciais a pagar que serão liquidadas até março de 2032, com incidência de juros (100% CDI).

(v) Gastos com serviços compartilhados junto ao centro administrativo.

29. Informações suplementares aos fluxos de caixa

a) Transações que não afetaram o caixa

	2026	2025
Transações que não afetaram caixa		
Direito de uso	70.211	63.386
Cessão de arrendamentos e parcerias agrícolas a receber	16.639	12.761
Depreciação de imobilizado capitalizados como ativo biológico	2.872	10.597
Depreciação de imobilizado capitalizados como imobilizado – cultura permanente	2.038	8.311
Juros sobre arrendamentos capitalizados como imobilizado – cultura permanente	2.729	2.242
Amortização de direito de uso capitalizados como imobilizado – cultura permanente	419	3.405

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais perdas, os quais se encontram demonstrados a seguir:

Bens segurados	Importância segurada
Responsabilidade civil	60.000
Veículos	100% tabela FIPE
Máquinas e equipamentos diversos	48.719
Patrimonial	400.000
D&O (Alta Administração)	50.000

Canápolis Açúcar e Etanol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Conselheiros

José Francisco de Fátima Santos
Presidente

Luiz Gustavo Turchetto Santos
Hansjorg Suelze
Moleonoto Tjang
Surjadi Tirtarahardia
Mark Julian Wakeford

Diretoria Executiva

Carlos Eduardo Turchetto Santos
Alisson Venturini Colonhezi
Jeferson Degaspari
Eduardo Scandiuizzi Lopes
Marcelo Bosquetti

Contador

Eduarda Karolina de Oliveira Gonçalves
CRC/MG nº MG-133999/O-0
* * *